

TÉCNICO AGRÍCOLA OU PEÃO MELHORADO? O mito do ensino rural¹

Marco Antônio de Carvalho²

Maria Esperança Fernandes Carneiro³

Programa de Pós-Graduação em Educação da UCG

Comunicação

Estado e Políticas Educacionais

Palavra Chave: Ensino agrícola; políticas educacionais; força de trabalho

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O nosso objeto de estudo passa pela reflexão acerca da importância do Ensino Agrícola ministrado na Escola Agrotécnica Federal/Instituto Goiano, campus Ceres, no estado de Goiás, Brasil.

Muitas têm sido as dúvidas que como professor dessa Instituição Federal de Ensino Agrícola tenho formulado e a problemática foi se estruturando com indagações/questões que a seguir apresentamos. A primeira questão do quadro de hipóteses que tenho levantado é: que saber técnico é esse que vem sendo divulgado? Esse saber tem propiciado a esses técnicos a compreensão e interpretação histórica crítica da realidade socioeconômica e política, e em particular da realidade agrícola brasileira? Outra das questões que nos instiga é se o ensino médio em nível técnico e a formação curricular oferecida estão de fato qualificando o aluno atingindo os objetivos propostos do perfil desejado?

Tem esse saber viabilizado conhecimentos para assistência técnica tanto aos pequenos como aos grandes produtores agrícolas? A inovação tecnológica própria das condições do tamanho da propriedade tem sido discutida tendo por parâmetro a realidade dos recursos financeiros de viabilidade e de produtividade? Esse saber técnico corresponde às demandas de conhecimentos/habilidades exigidas pelo mercado de trabalho? E em que medida esses egressos são absorvidos pelo mercado? Como são considerados e remunerados pelos empregadores? Técnico Agrícola ou apenas um peão melhorado? Qual é a real valorização social da profissão de técnico agrícola?

Muitas são as questões e as respostas possíveis serão construídas ao longo da pesquisa considerando o processo objetivo da produção e a base material.

Visamos conhecer/interpretar a realidade e as contradições, tanto na formação do técnico agrícola, um trabalhador na concretude da prática social, como também, avaliar quais são as determinações/conflitos/desigualdades que estão inscritas na valorização/desvalorização do trabalho qualificado do técnico agrícola na região em que se insere.

A presente proposta tem como objetivos específicos: diagnosticar o perfil dos alunos, docentes e egressos das EAF's; estudar e comparar os mecanismos de planejamento formal e ações efetivas no âmbito das EAF's; analisar os discursos, registros e ações relativos a papel e impactos da inserção do egresso na região; verificar o nível de

¹ Projeto de pesquisa apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UCG

² Professor do Instituto Federal Goiano – campus Ceres/GO, Mestre em Administração, Doutorando em Educação pela UCG – macarvalho500@gmail.com

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCG

participação comunitária nas ações e gestão dos processos educacionais das EAF's, isso feito à luz das dinâmicas de funcionamento efetivo dos Conselhos Gestores onde a participação das comunidades interna e, principalmente, externa se faz presente;

Diversos autores, dentre os quais Capdeville (1991), Franco (1994), Mendonça (2000), Araujo (2002), Silva (2002), Tavares (2004), apontam que em momentos distintos, desde os primórdios o ensino rural, particularmente o ensino agrícola de nível médio, do ponto de vista institucional, apresentou dissonância entre os instrumentos legais e diretrizes institucionalizadoras. Dentre os instrumentos utilizados, será dado relevo às escolas agrotécnicas federais – EAF's, com 36 unidades espalhadas pelo país, as quais indiscutivelmente têm sido importante instrumento das políticas de governo. Entretanto, nosso recorte terá por foco Escola Agrotécnica Federal/Instituto Goiano de Ceres. Como parâmetro de comparação serão igualmente levantadas informações junto aos Institutos Federais Goianos dos campus de Rio Verde e Urutai.

Cabe observar que o Brasil, desde o período colonial teve como base de suas atividades econômico-produtivas o setor primário, seja com os ciclos extrativistas do pau Brasil, mineração e borracha, assim como os da cana de açúcar e café, os quais são considerados por Prado Júnior (2006) como aqueles que contribuíram significativamente para com o desenvolvimento econômico e social brasileiro. O mesmo autor destaca ainda que a base da força de trabalho estava assentada na mão de obra escrava e baixo nível tecnológico, o que trouxe como consequência a baixa sustentabilidade e efêmera pujança dos respectivos ciclo que ocorreram entre os Séculos XVI e XIX.

Além disso, particularmente no que se refere ao ensino agrícola proposto, particularmente em duas das fases citadas, sejam: a do fim do Século XIX e início do Século XX, e a outra na década de 1960. A primeira fase, chama a atenção para o fato de que no período ocorrem reedições de formas de trabalho compulsório no campo em função do elevado estoque de terras, o que configurou uma fronteira agrícola em constante movimento e demandas variadas. Mendonça (2000) indica os postulados da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA, que fundamentava a ideologia em questão, quais sejam:

(...) a palavra de ordem da defesa da vocação eminentemente agrícola do Brasil: a) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da tecnologia ao campo. B) a necessidade da diversificação agrícola do país e c) a demanda pela reatualização das formas de imobilização da mão-de-obra junto à grande lavoura, constituindo o que se chamaria à época, de nova civilização agrícola. (MENDONÇA, 2000, p. 3)

Em 1938 a denominada “marcha para o oeste”, buscou ocupar vazios demográficos presentes na região central do país, particularmente no norte do Paraná, em Mato Grosso e Goiás, bem como visava absorver o contingente de trabalhadores rurais desempregados em decorrência da decadência da economia cafeeira e do processo de urbanização ocorrida a partir dessa fase de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Mais tarde, com as mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes do primeiro período de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, bem como em seu segundo período de governo e período desenvolvimentista de JK, já na década de 1960, ocorre a segunda fase de desenvolvimento agrícola que passa a demandar uma força de trabalho mais habilitada técnica e culturalmente para fazer frente às inovações e produtividade que a competição global passou a exigir, conforme descrito abaixo.

Na década de 1960, sob o amparo do crédito subsidiado e ações do sistema de extensão rural estatal ocorre novo processo de modernização novamente com feições conservadora, entendidas assim por não terem promovido reformas estruturais em termos econômicos, sociais e, principalmente, fundiários. Entretanto, o referido processo de modernização da atividade agroexportadora passou a requer um perfil de mão de obra mais tecnicado que desse suporte às inovações tecnológicas inerentes a cada atividade, daí o ensino agrícola. O ensino técnico ou superior passa a assumir importante papel no processo de modernização visando incrementos em produtividade agropecuária, objetivando garantir o abastecimento e o baixo custo dos alimentos nas cidades, evitando assim pressões inflacionárias e sobre os salários da classe trabalhadora, beneficiando o processo de acumulação capitalista industrial em emergência.

Assim, fica claro que, desde os primórdios do ensino agrícola no Brasil, o ensino técnico operacional era destinado a jovens de origem humilde para o mercado de trabalho. Foi necessário que esse público jovem, em geral filhos dos próprios agregados das grandes fazendas, ascendesse intelectualmente de matutos e analfabetos, para uma força de trabalho técnica e mais qualificada, compensando assim a partir do domínio de novas tecnologias e o aumento de produtividade.

O presente estudo se justifica e será realizado tendo como objeto o Instituto Federal Goiâno, campus da cidade de Ceres, no estado de Goiás, lembrando que a cidade em questão foi fundada no contexto das mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes do primeiro período de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, tendo sido pólo urbano e administrativo da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG. Mais tarde, entre as décadas de 1960 e 1980, ocorre uma reconfiguração agrária e a concentração da propriedade da terra e a pecuarização da atividade produtiva, Na década de 1990 e início do Século XXI, ocorre um intensivo incremento da monocultura sucroalcooleira, permanecendo um significativo remanescente de pequenas propriedades familiares que subsistem predominantemente da pecuária de leite, além de atividades de menor monta, como suínos e aves, olericultura, fruticultura, dentre outras.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Analisar essa descontinuidade e porque não dizer nomadismo⁴ de políticas públicas voltadas para a orientação das diretrizes do sistema educacional ao longo desse processo histórico e a dialética inerente ao jogo de forças de tais processos é imprescindível para dar respostas mais abrangentes a tais questões.

Preliminarmente, buscando fundamentar as razões anteriormente elencadas, nos reportamos aos estudos de Tavares, que resumidamente avalia a pertinência de uma dessas intervenções mais recentes, a Lei 9.394/96, resumindo sua análise,

o que se observa das leis e documentos que orientam a REP nas EAF's é a elaboração da reforma ideal, descolada da realizada, devido a falta de conhecimento sobre a realidade que se apresenta nestas escolas por parte daqueles teóricos que participam mais diretamente deste processo. [...] tende a afastar ainda mais a Reforma enquanto proposta de educação da Reforma concreta. (TAVARES, 2004, p. 89)

⁴ Neologismo relacionado ao caráter nômade de boa parte das decisões políticas em âmbito nacional, que cria programas e organizações públicas, os extingue em momento posterior, para mais tarde recriar-los com novos discursos e denominações.

Outra razão igualmente relevante está relacionada ao processo de reestruturação produtiva e seus impactos junto aos sistemas educacionais, visto que as formas tradicionais de educação profissional, baseadas em paradigma taylorista/fordista, vão se tornando superados. (Kuenzer, 2000)

As origens do ensino técnico e o ensino agrícola no Brasil

Buscando reportar às origens históricas dessa modalidade de ensino, cabe mencionar que a partir dos meados do século XIX, um processo de profundas transformações no conjunto da sociedade brasileira, começa a se implantar com a expansão da cultura cafeeira e com a proibição do tráfico negreiro em 1850, que agrava a crise da escravidão. Essas transformações se inserem no contexto do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial, sobretudo da crise do escravismo colonial cujos principais marcos: a) Abolição do tráfico negreiro; b) A lei de terras de 1850; c) Abolição da escravidão em 1888; d) O aparecimento do trabalhador livre, que inicia uma nova etapa do desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

A abolição do tráfico negreiro em 1850 veio ocasionar, com o decorrer dos anos, a escassez de mão-de-obra escrava, uma vez que a pura reprodução dos escravos não foi suficiente para abastecer o mercado de força de trabalho. Essa escassez levou à elevação constante do preço do escravo, tornando a sua utilização inviável do ponto de vista econômico. Ver a respeito (Carneiro, 1988)

Segundo Octavio Velho (1979) citado por Mendonça (2000) a origem precoce dessa interferência estatal junto à agricultura atrelada à abolição da escravatura são marcos do processo de construção do chamado capitalismo autoritário no Brasil, cuja característica principal foi a reatualização das formas de trabalho compulsório, assegurada pela contraditória aliança entre proprietários agrários e Estado.

Um dos aspectos da atuação do Ministério da Agricultura na Primeira República consistiu numa política de 'ensino agrícola' calcada num conjunto de práticas de arregimentação de mão-de-obra no campo, todos eles marcados pelo autoritarismo inerente à construção do mercado de trabalho no país. A conjuntura gestada pela abolição da escravidão em 1888 fez com que inúmeros setores de grandes proprietários vinculados a complexos agrários menos dinâmicos, expressassem seu temor à desorganização da produção [...] (MENDONÇA, 2000, p. 2)

O processo de democratização do acesso ao ensino de qualidade não é tarefa fácil, mesmo porque não se trata de conceitos neutros.

Mas de que qualidade se está falando? Que tipo de educação e para quem? Que tipo de ensino profissionalizante e que profissional se quer? Qualidade de ensino para quem e para que?

Para Rama (1978) citada por FRANCO (1994, p. 20),

No plano sócio-político, a coexistência de um aumento de oportunidades educacionais de nível médio, junto com a presença de uma considerável parcela da população excluída de todo o acesso à educação, cria condicionantes particularmente complexas no que diz respeito à vigência de uma ordem democrática.

Acrescenta ainda a autora que no plano econômico o aumento da oferta pode trazer a desvalorização do diploma e mesmo que a escola não garanta que seu egresso alcance uma ocupação, ela é vista como um bem social e está qualificando, desde os primeiros passos do aluno na escola, para o mundo do trabalho.

Para Saviani (1991), ao se referir igualmente a essa questão, é salutar e importante possibilitar elementos culturais que tragam significados e conteúdos para o educando.

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. (SAVIANI, 1991, 64)

QUESTÕES METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO DO OBJETO

Preliminarmente, uma pesquisa de natureza exploratória, que de acordo com ANDRADE (2005 p.124), que é o primeiro passo de um trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

A partir dessa aproximação, considerando o grande universo, é possível obter maiores informações relacionada aos aspectos históricos das diversas EAF's, a disponibilidade de documentos e informantes, sejam eles dirigentes e ex-dirigentes, alunos e egressos, dentre outras fontes de informação, consideradas imprescindíveis para a consecução dos objetivos propostos.

Enfoque dialético de pesquisa

Considerando as características já descritas em relação ao objeto, o qual envolve aspectos relacionados a teorias educacionais, de políticas públicas, sociologia, demografia, dentre outras. Assim como o caráter eminentemente prático que igualmente está presente na dinâmica das próprias EAF's, conforme aponta TRIVIÑOS (1987, p. 63) “Uma dicotomia aparente, a da teoria da prática, é resolvida, parece-nos, adequadamente pelo materialismo dialético.”

Método de análise quali-quantitativo

Mesmo que tenham sido apontados por Franco (1994) aspectos relacionados para a confusão e compreensão insuficiente, às vezes equivocados, em relação à pesquisa qualitativa e a quantitativa, cujas origens são fruto de que seus defensores as colocam em oposição estanques, o que em nada tem contribuído para a produção de conhecimentos. Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa, mas assentada em um modelo dialético de análise, portanto com abordagens igualmente quantitativas.

Coleta e análise de dados

Entrevista

Para MARCONI, LAKATOS, (2001, p.195). A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma convenção de natureza profissional.

Questionário

Para RICHARDSON (1999, P.199), o questionário é realmente uma entrevista estruturada. Portanto, uma descrição adequada das características de um grupo não apenas beneficia a análise a ser feita por um pesquisador, mas também pode ajudar especialistas, como planejadores, administradores e outros.

Observação

Para RICHARDSON(1999,p. 260). A observação é classificada, tradicionalmente, como um método qualitativo de investigação. Vale destacar que ela é também quantificável. Para que a observação seja quantificável, não se deve apenas olhar e ver o fenômeno objeto de estudo, mas também estabelecer previamente algumas condições para seu desenvolvimento, entre as quais saber o que observa e como quantificar.

Análise de conteúdo

Considerando as justificativas anteriores sobre a utilização da análise qualitativa e quantitativa, não faremos novos comentários sobre as confusões conceituais que levantam questões sobre a pertinência da análise de conteúdos. Para Bardin (1977) citado por TRIVIÑOS (1987, p.160),

análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

A esse respeito, Franco (1994) acrescenta ainda que interpretações de diferentes indivíduos e grupos a cerca de um objeto permite recuperar sua dinâmica e reinterpretar a serem elaboradas pelo pesquisador, reconstruindo-o a partir das informações, interpretações e reinterpretações dos informantes, os quais vivenciaram a prática social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ARAUJO, N. de A. **A escola agrícola de São Bento das Lages e a institucionalização da agronomia no Brasil**: 1877 a 1930. 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Ensino,

Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador e Feira de Santana, 2002.

CAPDEVILLE, G. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa – Imprensa Universitária, 1991.

CURVELLO, M. A. **A presença do enfoque agroecológico em currículo de curso técnico agrícola**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FRANCO, M. L. P. B. **Ensino médio: desafios e reflexões**. São Paulo: Papyrus, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio: construindo uma proposta pura para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, L. R. S. **Educação e divisão social do trabalho: contribuições para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDONÇA, S. R. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.

_____. Estado e ensino agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo – assistencialismo (1930-1950). In: VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. Quito: ALASRO-FLACSO, 2006. P. 01-10.

_____. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. **Revista de estudos rurales- Universidad Nacional de La Plata**, La Plata, v. 1, n.1, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo; Atlas, 1999.

SANTOS, O. J. **Pedagogia dos conflitos sociais**. Campinas: Papyrus, 1992.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1991.

SOARES, M. D.; TAVARES, M. G. Formação profissional em ciências agrárias: as transformações no ensino técnico e seus impactos no ensino superior. **Revista Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 18-29, 1999.

SILVA, M. L. da. **A reforma da educação profissional de nível técnico:** impasses sobre o ensino técnico agrícola no Estado de São Paulo. 2002. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

TAVARES, M. G.. **Formação de trabalhadores para o meio rural:** os impactos da reforma da educação profissional no ensino técnico agrícola. 2004. 132 f. Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: ATLAS, 1987.